

HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

Estudo Técnico Preliminar 104/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 60550.036076/2024-54

2. Descrição da necessidade

2.1 A aquisição do material tem como objetivo atender às necessidades da Subdivisão de Pronto Atendimento (SDPA), Seção de Hemodinâmica (SEC HEMOD) e Seção de Ginecologia e Obstetrícia (SGO) do Hospital das Forças Armadas (HFA) e é indispensável para o atendimento de pacientes em situações de urgências, médicas, socorros imediatos, principalmente em casos de reanimação cardiopulmonar.

2.2 A compra do desfibrilador cardíaco para este Nosocômio é para atender as normas atuais da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

2.3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO

2.3.1 A desfibrilação cardíaca é manobra fundamental nos casos de ressuscitação cardiopulmonar. O desfibrilador é o equipamento adequado para uso em ambientes hospitalares e não hospitalares.

2.3.2 O desfibrilador cardíaco é um aparelho que aumenta de menos de 5% para mais de 80% as chances de sucesso em um atendimento na parada cardiopulmonar associado à fibrilação ventricular. Cerca de 90% dos casos de PCR estão associados à fibrilação ventricular e a chance de reverter uma fibrilação ventricular cai cerca de 10% a cada minuto de atraso na desfibrilação, o que justifica a necessidade do pronto acesso ao desfibrilador até que chegue a Unidade de emergência Móvel.

2.3.3 Também justifica-se a aquisição dos equipamentos solicitados pelo princípio da economicidade, uma vez que, implicam em custo muito inferior de quando encaminhadas para realização em Organizações Civis de Saúde (OCS).

2.4. RAZÃO DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

2.4.1. O sucesso do processo licitatório vai viabilizar a realização de procedimentos emergenciais deste Nosocômio, tratamento adequado aos pacientes, segurança do paciente e da equipe médica, evitando o encaminhamento para Hospitais conveniados, ensejando a racionalização de recursos colocados à disposição do HFA.

2.4.2. A aquisição do material indicado permitirá segurança à equipe médica e também ao paciente, visto que tal equipamento poderá ser utilizado a qualquer momento.

2.4.3. O HFA, por se tratar de hospital terciário e último elo na cadeia de evacuação das Forças Armadas em Brasília e adjacências, recebe clientes acometidos das mais diversas enfermidades. Essa análise avulta-se como imprescindível por se tratar de material a ser empregado no tratamento de pessoas, e da necessidade de equipar a SDPA, onde serão utilizados em procedimentos emergenciais deste hospital.

2.5. DA DEMANDA CONTRATADA X QUANTIDADE DO MATERIAL A SER FORNECIDO

2.5.1 O HFA atende clientes das 3 (três) Forças Armadas de Brasília, estados vizinhos e do Ministério da Defesa, além de autoridades do Executivo, Legislativo e Judiciário.

2.5.2 A contratação alinha-se com o Plano Estratégico do HFA no intuito de atendimento de clientes de baixa, média e alta complexidade ambulatoriais, visando a excelência no atendimento e no cuidado prestado aos clientes no HFA, tendo como objetivo oferecer serviços que atendam e superem às expectativas dos usuários, com eficiência, eficácia e efetividade.

2.5.3 A utilização desse equipamento é indispensável para o atendimento de pacientes em situações de urgências, médicas, socorros imediatos, principalmente em casos de reanimação cardiopulmonar.

2.5.4. Relação Demanda x Quantidade do material consumido:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL (RESUMIDA)	DESCRIÇÃO DO MATERIAL (CATMAT)	CÓDIGO	UND	QTD

1	DESFIBRILADOR CARDÍACO (CARDIOVERSOR)	Tipo: Cardioversor, Modo Automático E Manual Recursos Integrados: Monitor C/ Ecg, Spo2, Mp Transcutâneo Tipo Onda: Bifásica Memória: Grava Eventos Alimentação: Bateria Recarregável Componente: Pás Externas E Adesivas Componente I: Cabos 3 A 5 E 10 Vias Componentes Adicionais: C/ 12 Derivações Simultâneas Tipo Módulo: Portátil Tipo Uso: Uso Adulto E Pediátrico	616831	UND	5
---	---	--	--------	-----	---

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

3.1. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

3.1.1 Não haverá exigência de garantia contratual, tendo em vista se tratar de aquisição para pronta entrega, onde o pagamento ao fornecedor somente ocorrerá após o recebimento definitivo do material.

3.2. DA GARANTIA DO PRODUTO

3.2.1 A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

3.2.2 A empresa fornecedora dos bens será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações do Termo.

3.2.3 Na substituição de materiais defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante.

3.2.4 Os materiais deverão ter a garantia mínima de 12 (doze) meses ou a garantia do fornecedor, a contar do recebimento definitivo, podendo o fornecedor oferecer prazo superior ao acima mencionado, sem custo à Administração.

3.3. DA VALIDADE DO PRODUTO

3.3.1. Não se aplica para a presente aquisição.

3.4. DO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS EM COMODATO

3.4.1 Não se aplica para a presente aquisição.

3.5. DA ESCOLHA DA MARCA DE REFERÊNCIA

3.5.1 Não se aplica para a presente aquisição.

3.6. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DE AMOSTRAS

3.6.1 Não se aplica para a presente aquisição.

3.7. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

3.7.1 O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) recebimento da Nota de Empenho, no seguinte endereço:

3.7.1.1 HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS: Setor HFA - Sudoeste - Brasília/DF - CEP: 70673-900, Seção de Almoxarifado, Sala de Entrada, portão de acesso pela Via HCE Dois, quando se tratar de Nota Fiscal com natureza de operação venda, sendo o recebimento, neste momento, de caráter provisório, compreendido no horário entre 7:00 às 11:30 e 13:00 às 15:30h, de segunda a sexta-feira.

3.7.2. A remessa do pedido deverá ser iniciada após o recebimento da ORDEM DE FORNECIMENTO.

3.7.3. A “ORDEM DE FORNECIMENTO”, será emitida no Sistema Único de Processo Eletrônico em Rede (SUPER.GOV.BR), com o QR de comprovação de autenticidade, assinado pelo chefe do setor requisitante ou seu substituto.

3.7.4. O prazo estabelecido acima poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceito pela Autoridade Competente.

3.7.5. Caberá à Seção de Almoxarifado com o auxílio do setor solicitante, o recebimento dos materiais, incumbindo-lhe a declaração do aceito dos materiais conforme as especificações do edital.

3.7.6. O recebimento dos materiais licitados está condicionado à conferência, avaliações qualitativas e aceitação final, obrigando-se o licitante vencedor a reparar e corrigir os eventuais vícios, defeitos ou incorreções porventura detectados, na forma prevista no Termo de Referência, na Lei nº 14.133/21 e no Código de Defesa do Consumidor, em tudo o que couber.

3.7.7. Os bens serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

3.7.8. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.7.9. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

3.7.10. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

3.7.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

3.8. Obrigações específicas da contratada:

3.8.1. Fornecer manual de operação atualizado, incluindo lista de peças e seus respectivos códigos, rotinas de calibração, manutenção e autoteste.

3.8.2. Fornecer senha para acesso ao modo de serviço.

3.8.3. Cumprir todas as obrigações constantes do Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

3.8.4. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes do Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia;

3.8.5. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

3.8.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

3.8.7. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

3.8.8. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SDPA/SEC HEMOD/SGO	Jacirema Simone Maciel Flôr
SDPA/SEC HEMOD/SGO	Flávio de Souza Faria Resendes da Fonseca
SDPA/SEC HEMOD/SGO	Vinícius Pontes Xavier

5. Levantamento de Mercado

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO ("III", ART. 9º)

5.1. Das possíveis soluções existentes no mercado

5.2. Das Soluções

5.2.1. Solução 1 - Locação do equipamento.

5.5.2. Solução 2 - Aquisição dos materiais de saúde para atendimento pelos profissionais lotados do HFA.

5.3. Da análise das Soluções

5.3.1 Solução 1 - Economicamente não é mais vantajoso para a Administração o regime de comodato, por demandar um alto aporte financeiro para suportar o contrato.

5.3.2. Solução 2 -Mostra-se mais adequada, uma vez que aproveita a mão de obra do hospital, e gera comodidade para os usuários, principalmente para os clientes internados, evitando deslocamentos desnecessários.

5.4. Das possíveis formas de contratação

5.4.1. Das Formas

5.4.1.1. Forma 1 - Buscar atas de registro de preços disponíveis para a realização de adesão.

5.4.1.2. Forma 2 - Buscar intenção de registro de preços junto a outro órgão, na condição de participante.

5.4.1.3. Forma 3 - Realizar licitação própria.

5.4.2. Da análise das formas

5.4.2.1. Forma 1 - Não foi encontrada ata de registro de preços disponível para a realização de adesão.

5.4.2.2. Forma 2 - Não foi encontrada intenção de registro de preços disponível para participação.

5.4.2.3. Forma 3 - É possível a realização de licitação, coordenada pela Divisão de Coordenação Administrativa e Financeira - DCAF, Subdivisão de Aquisições, Licitações e Contratos - SDALC e seus subordinados.

5.5. Da conclusão

5.5.1. Considerando a existência de profissionais médicos habilitados para o manuseio dos equipamentos solicitados;

5.5.2. Considerando os gastos com a contratação de OCS para a realização dos procedimentos;

5.5.3. Considerando os levantamentos realizados acerca das possíveis formas de contratação;

5.5.4. Conclui-se, com o exposto, que deve-se realizar licitação própria, nos termos da Forma 3 para a execução da Solução 2.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 A aquisição de equipamentos médico-hospitalares a fim de atender necessidades de demandas novas e trocas de equipamentos desgastados com o tempo de uso de diversos setores, deste hospital, por meio de registro de preços, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

6.1.1. A necessidade foi demonstrada no item 2 do presente Estudo Técnico Preliminar.

6.1.2. Os requisitos da contratação foram elencados no item 3 do presente ETP. (requisitos elencado item 4 ou diversos setores

6.1.3. Foram analisadas as possíveis soluções no item 5 do presente ETP

6.2. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

6.2.1. O objeto da presente aquisição pode ser objetivamente especificado por meio de padrões usuais no mercado. Assim, depreende-se que possa ser classificado como “bem comum” e, portanto, ser adquirido por meio de processo licitatório na modalidade pregão, nos termos do inciso XIII, do art. 6º, da lei 14.133, de 2021.6.2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

7. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 77.275,00

O valor estimado da contratação do presente Estudo Técnico Preliminar é o constante no Mapa Comparativo de Preços: documento SEI (8215959).

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. A utilização desse equipamento é prevista para o atendimento de pacientes em situações de urgências, médicas, socorros imediatos, principalmente em casos de reanimação cardiopulmonar.

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL (RESUMIDA)	DESCRIÇÃO DO MATERIAL (CATMAT)	QTD	CÓDIGO	UND	VALOR UNITÁRIO INICIAL	VALOR TOTAL
1	DESFIBRILADOR CARDÍACO (CARDIOVERSOR)	Tipo: Cardioversor, Modo Automático E Manual Recursos Integrados: Monitor C/ Ecg, Spo2, Mp Transcutâneo Tipo Onda: Bifásica Memória: Grava Eventos Alimentação: Bateria Recarregável Componente: Pás Externas E Adesivas Componente I: Cabos 3 A 5 E 10 Vias Componentes Adicionais: C/ 12 Derivações Simultâneas Tipo Módulo: Portátil Tipo Uso: Uso Adulto E Pediátrico	5	616831	UND	R\$ 15.455,00	R\$ 77.275,00
VALOR TOTAL R\$ 77.275,00							

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

- 9.1. Não é o caso de parcelamento do objeto, por tratar-se de um único item requisitado.
- 9.2. Não é possível desnaturar o objeto, fragmentando-o em contratações diversas. Não há a possibilidade de fracionamento do material com a diminuição do preço unitário a ser pago pela Administração. O fundamento jurídico do fracionamento consiste na ampliação das vantagens econômicas para a Administração. Adota-se o fracionamento como instrumento de redução de despesas administrativas. A possibilidade de participação de maior número de interessados é o objetivo imediato e primordial, e por via instrumental, para obter melhores ofertas (em virtude do aumento da competitividade).

10. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

- 10.1. Os materiais a serem adquiridos encontram-se previstos no sistema Planejamento e Gerenciamento de Contratações do Plano Anual de Contratações (PGC/PAC) vigente, conforme detalhamento a seguir:
- I - ID PCA no PNCP: 03277610000125-0-000008/2025
 - II - Data de publicação no PNCP: 15/04/2024
 - III - Id do item no PCA: 787
 - IV - Classe/Grupo: 6530 - MOBILIÁRIO, EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS E SUPRIMENTOS HOSPITALARES
 - V - Identificador da Futura Contratação: 112408-142/2025
- 10.2. A contratação alinha-se com o planejamento da Direção do HFA, assessorada pelos chefes da Divisão de Medicina deste Hospital, ratificada pela Diretoria Técnica de Saúde – DTS. Esta assertiva ampara-se na medida em que é constante a necessidade de tais materiais para o bom andamento das atividades a que se destina o HFA.
- 10.3. A despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. O aparelho solicitado, objeto deste ETP, resultará em benefício direto ao Hospital, pois os procedimentos serão realizados pelas equipes da Subdivisão de Pronto Atendimento, Seção de Ginecologia e Obstetrícia e Seção de Hemodinâmica do HFA, evitando, desta forma, encaminhamentos para rede particular (OCS) conveniada.

12.2. O equipamento é de fundamental importância para manter a eficácia dos atendimentos da Subdivisão de Pronto Atendimento, Seção de Ginecologia e Hemodinâmica do HFA, proporcionando segurança para a equipe médica, satisfação dos usuários e da solidez no atendimento.

12.3. Além disso, o HFA proporcionará aos usuários do sistema de saúde aplicações técnicas atuais com os recursos disponíveis em equipamentos modernos o que assegura ao paciente: segurança, conforto, qualidade e eficiência na prestação do serviço de saúde o que equivale a serviço público adequado (art. 6º, §1º da Lei 8.987/95).

12.4. O HFA, por se tratar de hospital de nível terciário e último elo na cadeia de evacuação das Forças Armadas em Brasília e adjacências, recebe pacientes acometidos das mais diversas enfermidades. Esta análise avulta-se como imprescindível por se tratar de aparelho a ser empregado no diagnóstico e definição do tratamento de saúde dos usuário, cuja ausência poderá colocar em risco suas vidas e onerar a Administração Pública com gastos evitáveis de tratamentos inadequados. Isto posto, os benefícios diretos e indiretos relacionam-se essencialmente com a salvaguarda da integridade física dos pacientes, cujo diagnóstico e tratamento necessitam do equipamento solicitado.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. A Subdivisão de Pronto Atendimento, Seção de Ginecologia e Obstetrícia e Hemodinâmica do HFA, possuem profissionais médicos habilitados para o manuseio do equipamento solicitado. Vale salientar que, para a instalação do equipamento não há necessidade de adaptação física de sala para colocá-los em funcionamento. Por fim, estas estruturas supracitadas do HFA contam com equipes preparadas para serem empregadas na fiscalização e gestão contratual.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Os critérios de sustentabilidade exigidos no contrato estão de acordo com o art. 18º, inciso XII da Lei nº 14.133/2021, Art. 3º do Decreto nº. 10.936, de 12 de janeiro de 2022 e Art. 4º e Art. 5º do Decreto nº. 7.746, de 5 de junho de 2012.

14.2. A presente aquisição não possui relevantes impactos ambientais, contudo deverão ser observados os seguintes requisitos ambientais conforme o “Guia Nacional de Licitações Sustentáveis”:

14.2.1. O produto deve ser previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013;

14.2.2. A contratada deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para o produto abrangido pela RDC nº497, de 20 de maio de 2021;

14.2.3. No caso de fornecimento de produtos importados, observar o que dispõem a RDC nº 81, de 5/11/2008.

14.2.4. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento - inciso III, do Art. 5º da Instrução Normativa SLTI /MPOG nº. 01, de 19 de janeiro de 2010;

14.2.5. Quanto ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, a contratada deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS elaborado pelo órgão, além de obedecer às diretrizes constantes da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005 e RDC 222, de 28/03/2018 - ANVISA;

14.2.6. Na aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade o produto não é passível de reciclagem, reutilização ou reaproveitamento, conforme RDC nº 15 de 15 de março de 2012 - que dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências.

14.2.7. Não há a possibilidade de adquirir bens provenientes de outro órgão público pelo processo de desfazimento, em conformidade especialmente com o Decreto nº 9.373, de 2018 (Dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal) e a Lei nº 12.305, de 2010 (Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos).

14.2.8. O material a ser adquirido não se enquadra no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme IN IBAMA nº 13 de 23 de agosto de 2021.

14.2.9. O material a ser adquirido não exige certificação compulsória (INMETRO) <http://www.inmetro.gov.br/qualidade/rtepac/compulsorios.asp>.

14.3. Deverá ser Inserido no EDITAL, no item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:

14.3.1. O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não aceitação, o documento comprobatório do registro do produto na ANVISA, conforme legislação vigente, notadamente a Lei nº 6.360, de 1976 e o Decreto nº 8.077, de 2013. Caso o produto seja dispensado do registro, a empresa deverá apresentar o Certificado de Dispensa de Registro.

14.4. Deverá ser Inserido no TERMO DE REFERÊNCIA e no EDITAL, no item de Habilitação jurídica os seguintes subitens:

14.4.1. No caso de exercício de atividade de comércio, distribuição, armazenamento, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos (produtos para a saúde);

14.4.2. Autorização de Funcionamento (AFE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pela RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA. Caso a licitante seja dispensada da AFE, deverá apresentar documento de comprovação da dispensa; e

14.4.3. Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente, nos termos do artigo 21 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973. Caso a licitante seja dispensada da Licença, deverá apresentar documento de comprovação da dispensa.

15. CLASSIFICAÇÃO QUANTO À LEI 12.527/20

15.1. Tendo em vista o interesse público e a ampla divulgação do processo de licitação para a aquisição de material permanente do tipo desfibrilador cardíaco (cardioversor) para a Subdivisão de Pronto Atendimento, Seção de Ginecologia e Hemodinâmica do HFA, que visa dar suporte ao paciente em caso de necessidade, julga-se não haver necessidade de classificação do presente Estudo Técnico Preliminar nos termos da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação)

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

A presente aquisição é imprescindível, mostrando-se viável por se tratar de aquisição de equipamento a ser empregado no tratamento de pessoas. Isto posto, os benefícios diretos e indiretos relacionam-se essencialmente com a salvaguarda da integridade física dos clientes, cujo diagnóstico e tratamento necessitam do material ora licitado.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JACIREMA SIMONE MACIEL FLOR

Membro da comissão de contratação

FLAVIO DE SOUZA FARIA RESENDES DA FONSECA

Membro da comissão de contratação

Despacho: Para conhecimento e ajustes julgados cabíveis.

VINICIUS PONTES XAVIER

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 13/08/2025 às 10:40:06.